

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTIANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Vai começar tudo de novo



**A troca do presidente fez a Petrobras perder R\$ 34 bi em valor de mercado, mas isso é só uma fração do que a estatal perderá ao voltar a ser a vaca leiteira da demagogia lulopetista**

O presidente Lula da Silva está disposto a obrigar a Petrobras a se alinhar, em ritmo e intensidade, aos projetos que considere fundamentais para seu governo, mesmo que tais projetos não sejam do interesse da empresa. Diante disso, os R\$ 34 bilhões que a petroleira perdeu em valor de mercado imediatamente após a demissão sumária de Jean Paul Prates da presidência da estatal serão apenas uma fração do que a Petrobras perderá ao ser transformada, de novo, em vaca leiteira da demagogia lulopetista.

Queda de valor das ações na bolsa depois de um anúncio de mudança é uma reação previsível e até faz parte do jogo especulativo do mercado. Pelo tamanho da Petrobras, a cifra envolvida nem chega a assustar no curto prazo. O problema é o que virá depois, a médio e longo prazos. E, o que se desprende das movimentações do governo, a intenção de Lula em seu terceiro mandato é reativar a pleno vapor políticas que causaram perdas não de dezenas, mas de centenas de bilhões de reais, a maior parte delas irrecuperável.

O pior é que o rombo colossal aberto

na Petrobras não trouxe as compensações sociais que prometiam as gestões petistas de Lula e Dilma Rousseff. Ao contrário, foi um jogo de perde-perde, em que os maiores lesados pela administração dolosa da empresa, além dela mesma, foram o País e os contribuintes. O desvario começou já no primeiro mandato de Lula, que vislumbrou na descoberta do pré-sal seu eldorado particular e iniciou sua jornada tão megalomaniaca quanto desarrazoada.

O espantoso é que, mesmo depois do fracasso retumbante de suas iniciativas, Lula insiste na obsessão. É o que fica claro, por exemplo, na elevação significativa do volume de investimentos previsto pela Petrobras já no primeiro ano de seu retorno ao Planalto. No fim de 2023, a empresa anunciou US\$ 102 bilhões para o período 2024-2028, uma alta de mais de 30% em relação à programação anterior, que o agora ex-presidente Prates promoveu na tentativa de agradar ao chefe e se manter no cargo.

Desde 2015, a Petrobras estava optando por ciclos de investimentos abaixo da marca dos US\$ 100 bilhões. Em seu período mais frenético, entre 2010 e 2014, o volume ultrapassou a marca de US\$ 220 bilhões, o que mereceu destaque em um processo do Tribunal de Contas da União (TCU) que avaliou o desnível entre investimentos, endividamento e a política de preços de combustíveis – responsável pela receita – como “inequívocos sinais de ameaça à perenidade da companhia”.

Agora, Lula quer que a Petrobras acelere novamente os investimentos, para ter o quanto antes obras grandiosas para inaugurar em sua ininterrupta cam-

panha eleitoral, como por exemplo a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e o Comperj, no Rio de Janeiro, que se transformaram em emblemas de desperdício de dinheiro e corrupção. O projeto da refinaria estimava custos em torno de US\$ 2 bilhões, consumiu US\$ 19 bilhões e ficou pela metade. O polo petroquímico, nem a quarta parte do previsto alcançou e engoliu outros US\$ 8 bilhões, de acordo com o TCU.

O valor das perdas da Petrobras com políticas irrealistas e investimentos fracassados a partir de 2003, início do mandarinato petista, é estimado em mais de R\$ 300 bilhões. Somente a contenção do preço dos combustíveis – uma política populista muito cara ao PT e que teve seu auge na gestão de Dilma – representou perda de receitas da ordem de R\$ 180 bilhões. Entre 2005 e o fim de 2011, ainda de acordo com o TCU, os preços de diesel e gasolina foram mantidos praticamente no mesmo patamar, a despeito da escalada dos preços internacionais e da necessidade de financiar os maiores planos de negócios da empresa.

Nunca antes em sua história, a Petrobras se viu mergulhada em tamanha disparidade entre receitas e despesas. O objetivo da empresa, além de prover o mercado interno de combustíveis, é buscar o lucro e distribuir dividendos a seus acionistas. Cabe à União, que recebe a parte do Leão desses dividendos, dar retorno à sociedade em suas políticas públicas. Atender a objetivos macroeconômicos e sociais não é tarefa da Petrobras, ao contrário das ideias defendidas por Magda Chambriard, o próximo poste de Lula na empresa. ●

## Tebet, um corpo estranho no governo petista

**Ministra do Planejamento prepara pacote racional de corte de gastos para recalibrar o arcabouço e alcançar equilíbrio fiscal, mas respaldo de Lula e do PT parece improvável**

Com apenas nove meses de vigência, o arcabouço fiscal dá mostras evidentes de não ser capaz de entregar o crescimento econômico com responsabilidade fiscal que promete, mantidos os atuais parâmetros para gastos e receitas. Os sinais preocupantes que surgem por todos os lados mostram que é preciso recalibrar as despesas públicas, que não tiveram tratamento adequado no regime fiscal do governo Lula da Silva e ameaçam comprometer o equilíbrio das contas e levar a administração federal à insolvência, afetando os investimentos públicos.

O roteiro para o necessário corte de despesas do governo, parte mais sensível e complexa do gerenciamento fiscal, coube ao Ministério do Planejamento, de Simone Tebet – que, sendo liberal, é

um corpo estranho no governo lulopetista. Tebet assumiu uma solitária batalha que tende a transformá-la em bode expiatório do PT. Para indignação dos petistas, a ministra estuda ajustes para torná-los visíveis os pagamentos de benefícios previdenciários e para conciliar os gastos obrigatórios, as despesas discricionárias e o custeio da máquina pública.

Utilizando projeções do Ministério do Planejamento obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, reportagem do *Estadão* mostrou que até 2028 os gastos mínimos constitucionais com Saúde e Educação vão consumir 112% do espaço das despesas não obrigatórias do Orçamento federal. Os dados corroboram a necessidade de revisão dos pisos constitucionais, o que já havia sido constatado pelo Tesouro, quando propôs, no ano passado, a vinculação

desses gastos ao crescimento da população, ao PIB per capita ou ao próprio arcabouço fiscal.

Outra linha mestra do plano de Tebet, a desindexação dos benefícios previdenciários do modelo de reajuste do salário mínimo, foi invalidada no nascedouro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Não vejo muito espaço, nessa seara, para discussão da questão do mínimo”, disse o ministro, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*.

Difícil imaginar uma gestão Lula da Silva discutindo temas como a desindexação de benefícios da Previdência do salário mínimo; a vinculação de gastos com saúde e educação aos limites impostos pelo arcabouço; e a recalibragem da contribuição federal ao Fundeb, um fundo de natureza contábil voltado à educação básica. Todas compõem o cardápio de alternativas em estudos no Planejamento. Adotá-las ou não será uma decisão política do governo. Mas não parece crível esperar avaliação ponderada e criteriosa de uma administração federal que defende o gasto público irrestrito, pois, como diz Lula, não se trata de gasto, e sim de “investimento”.

Orgulhosamente desenvolvimentista e estatista, o PT atacou pesadamente o trabalho em curso no Planejamento. A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, foi ao X para classificar como “muito ruins” as propostas de Tebet, que, segundo ela, “contrariam o progra-

ma de governo eleito em 2022”. Trata-se de uma falácia: com o objetivo de forçar a tal “frente ampla” para derrotar nas urnas o então presidente Jair Bolsonaro, o demiurgo petista nunca foi claro sobre o que pretendia fazer na economia, e seu programa de governo era suficientemente vago para que os incautos acreditassem que, desta vez, Lula não seria Lula.

A mesma Gleisi que hoje critica a inobservância à ortodoxia petista garantiu aos partidos da suposta frente ampla que o governo, uma vez eleito, governaria com todos. O embarque de Tebet na candidatura de Lula em 2022 foi parte do processo que convenceu muitos eleitores de centro de que valia a pena correr o risco de votar no PT contra Bolsonaro porque Lula levaria em conta a visão de quem não era petista. Não é exagero dizer, aliás, que foi isso o que decidiu a eleição a favor de Lula na apertadíssima disputa contra Bolsonaro.

A equipe do Planejamento está embasando as implicações do crescimento das despesas na economia. A correção no ritmo dos gastos será a alternativa proposta a soluções paliativas ou mal-ajambradas do passado, como a contabilidade criativa da gestão Dilma Rousseff, que gerou grave crise econômica. O governo será levado a fugir ao debate. Simone Tebet está sentindo na pele o que é defender racionalidade dentro de um governo petista. ●